

LINGUA E INTERAÇÃO: NOÇÕES DE GRAMÁTICA NO ENSINO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Edna Ranielly do Nascimento Fernandes (Bolsista Capes)

(Universidade Federal de Pernambuco- UFPE/PPGL. niellynascimento00@gmail.com).

Resumo: O trabalho aqui proposto tem como objetivo discutir a importância de uma gramática interacionista/textual no ensino de Língua portuguesa, visto que, acreditamos que a Gramática Tradicional Normativa não abrange todas as necessidades linguísticas e comunicativas da humanidade, porquanto ela se distancia consideravelmente dos processos inferenciais, dialógicos e contextuais. Defendemos, também, que a Gramática internalizada precisa ser valorizada, dado que, é um conhecimento que cada falante carrega consigo antes mesmo de frequentar os espaços escolares. Alegamos, ainda, que a Gramática Descritiva, apesar de suas limitações, oferecem benefícios consideráveis para o ensino de Língua Portuguesa, pois possibilita o estudo linguístico sem estipular juízos de valor, nem tão pouco corroborar com a disseminação do preconceito linguístico. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica exploratória (GIL, 2008), isto é, não atuamos com dados quantitativos ou com resultados de pesquisas, mas com discussões teóricas concernentes a temática. Os resultados e discussões, para melhor compreensão, foram divididos em duas partes. Na primeira parte efetuamos discussões sobre o conceito de gramática normativa, internalizada e descritiva. Na segunda parte nos debruçamos sobre a concepção de língua defendida por Bakhtin (2012) e a proposta de ensino de gramática defendida por Antunes (2007). A pesquisa bibliográfica nos fez constatar que a interação é elemento indispensável para os estudos linguísticos e que a comunicação humana exige muito mais que a mera decodificação e estudos estruturais. Concluímos, também, que é possível estabelecer um diálogo entre o que é interno e externo da língua, isto implica dizer que, acreditamos que os elementos estruturais da língua, seja no âmbito morfológico ou sintático, podem ser ensinados na perspectiva dialógica e interacional. Esse é, na verdade, o caminho que defendemos neste trabalho: o ensino linguístico, seja gramatical ou literário, mergulhado em processos contextuais, situacionais e inferenciais.

Palavras-chave: Gramática, Língua, Interação.

PRIMEIRAS PALAVRAS

A língua constitui o homem desde a sua existência. Ela faz parte da própria condição de homem, seja na esfera social, cultural, comercial, entre outras. Não obstante, sabemos que ela tem sido objeto de estudo em diferentes perspectivas e com distintas finalidades.

De acordo com Lyons (1979), na Grécia antiga sob o viés da Gramática tradicional, a língua era vista como pura expressão do pensamento, no qual a palavra tinha a única função de nomear os objetos do mundo. No período Alexandrino com a grande biblioteca surge uma efervescência de pesquisas e estudos literário-linguísticos e surge, também, o que denominamos hoje por ideia de superioridade linguística.

A admiração pelas grandes obras literárias do passado encorajou a crença de a própria língua na qual elas tinham sido escritas eram em si mais ‘pura’, ‘mais correta’ do que a fala coloquial corrente de Alexandria e de outros centros helênicos. Desde o início, a cultura linguística grega se interessou, sobretudo pela língua escrita. [...]. Na medida em que se percebia alguma diferença entre a língua falada e a língua escrita a tendência era sempre considerar a primeira como dependente e derivada da segunda. O segundo erro de concepção inerente à abordagem alexandrina do estudo da língua era a suposição de que a língua dos escritores áticos do séc. V a.C era mais ‘correta’ do que a fala coloquial do seu tempo: e, em geral, a suposição de que a ‘pureza’ de uma língua é mantida pelo uso das pessoas cultas e ‘corrompida’ pelos iletrados.” (LYONS, 1979, pág.9-10).

Como podemos constatar este período já se constitui em uma fase repleta de estigmatizações; de propostas normativas, o que acarretou na gramática tradicional presente na atualidade. Na visão dos alexandrinos a língua ideal seria a língua escrita das grandes obras literárias. Tudo aquilo que contrariasse essa concepção deveria ser ignorada e retratada como algo que corrompe; que causa malefícios. E, como toda a maioria do quadro de variação estava no campo dos iletrados, estes eram ignorados como parte essencial na constituição da língua, ficando, assim, apenas os sábios e letrados.

Ainda aportados em Lyons (1979), no século XIX surge uma nova concepção de língua norteadas pelos estudos comparativos propostos pela linguística histórica. A língua, aqui, é tomada como objeto de comparação que torna possível o destrinchamento de famílias linguísticas. O interesse já não é a relação da língua com o objeto ou a supremacia de uma língua em detrimento de outra, mas a revelação de árvores linguísticas genealógicas.

As leituras de Lyons (1979) e Saussure (2012) nos permite afirmar que, em 1916 com a publicação do livro Curso de Linguística Geral surge a Linguística moderna, postulada pelas ideias de Saussure. Para o teórico a língua pode ser descrita por si mesma, sem ser necessário recorrer aos aspectos históricos. A língua, portanto, ganha um papel sincrônico não discutido pela Linguística histórica.

Saussure tinha como objetivo primordial tornar a linguística uma ciência e a língua um objeto de estudo científico e, para isso, recorreu ao estudo da língua enquanto estrutura, ignorando, assim, todo e quaisquer elementos que fossem externos a ela. Era, sem dúvida, um preço a se pagar pela finalidade de seus estudos.

Nos postulados de Saussure não encontramos referência a uma língua perpassada pelas relações dialógicas, inferenciais ou interacionais, mas, apenas, uma ciência do código em si e por si mesma. Um código autossuficiente e imutável.

É através de Bakhtin (2002) que vemos surgir uma nova concepção de língua, ancorada na interação e nos processos dialógicos entre os falantes ou entre o texto e o leitor. O teórico enxerga a língua de outra forma, ela não é autossuficiente e explicável por si mesma, pois, necessita do que lhe é externo para a produção de sentidos. O signo não é uma mero sinal, mas uma palavra que ganha sentido conforme o contexto e as relações que são estabelecidas.

Diante de tudo o que já foi explanado, tendo em vista a necessidade de revelar novas noções de língua e gramática, nosso trabalho tem como objetivo discutir a importância de uma gramática interacionista/textual no ensino de Língua portuguesa, porquanto, a normatividade e o estruturalismo não abarca todo o processo comunicativo que constitui a língua.

METODOLOGIA

Para alcançarmos o objetivo proposto efetuaremos uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo acerca de três concepções de gramática: internalizada, descritiva e normativa.

De acordo com Gil (2008):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez do planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Nossa proposta, portanto, consistiu em fazer um estudo bibliográfico sobre as concepções de gramática, bem como pesquisa fundamentada no interacionismo/dialógico e textual. Não efetuamos dados quantitativos, visto que, a nossa proposta consiste em propor discussões acerca do tema, pois acreditamos, enquanto hipótese, que a gramática interacional abarca em maior proporção o processo de comunicação linguística e que, ela deve ser valorizada nos espaços educacionais. Não estamos, aqui, a fazer uma pesquisa experimental ou de experiência em sala de aula, mas propondo uma discussão enquanto estudioso da língua e engajado no campo educacional brasileiro.



Utilizaremos como aporte teórico Antunes (2007), defensora de um novo modelo de ensino gramatical que consiga ultrapassar as barreiras impostas pela gramática normativa; uma gramática engajada no texto e não defensora de estereótipos linguísticos. Bakhtin (2002) que discute a língua enquanto fruto de um processo interacional. Um processo dialógico que envolve mais de um interlocutor, mergulhados em contextos e situações que não devem ser ignorados no processo de compreensão e de efetuação de sentidos linguísticos. Lyons (1979; 1987) que revela um estudo histórico da língua e papel da linguística na sociedade enquanto ciência. Mioto (2007) que traz um estudo aprofundado sobre a gramática internalizada ancorado na teoria gerativista; Travaglia (2006; 2007) que trazem noções sobre os diferentes tipos de gramática: a internalizada, a descritiva e a normativa, e assim por diante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O que é mesmo Gramática?

Segundo Travaglia (2006; 2007) existem diferentes concepções de gramática. A mais comum e conhecida atualmente é denominada por Gramática Tradicional Normativa, que nada mais é, do que um conjunto de normas que precisam ser respeitadas rigorosamente, caso queiramos “falar e escrever bem”. É uma gramática “constituída por regras que a sociedade estabeleceu para o uso da língua.” (TRAVAGLIA, 2007, p. 81).

Normalmente, o termo *gramática* nos leva a pensar em um livro grosso e pouco confiável, cheio de regras que jamais conseguimos decorar e que, na melhor das hipóteses, tem uma conexão distante com a língua que falamos. **Gramática** pode ser entendida, nesse sentido, como o conjunto das regras “do bem falar e do bem escrever”. Repare que, nesta acepção, apenas uma variedade da língua está em jogo: a norma culta ou padrão; e é esse “padrão” que guiará os julgamentos do que é “certo” ou “errado” na língua. Conseqüentemente, se uma sentença se conforma ao padrão, ela é considerada “certa”, caso contrário é “errada”. Isso implica conceitos quase estéticos: se a estrutura está “certa”, é considerada “bonita”, se não é “feia”. (MIOTO, 2004, p. 16, grifos do autor).

Como podemos notar Mioto também traz uma definição do que é essa Gramática tradicional normativa. O autor, assim como Travaglia (2006; 2007), relaciona a GT com a ideia de escrita e fala perfeita. A GT propõe regras e normas que devem ser aceitas para que se atinja uma “perfeição” condizente com o padrão que ela impõe; com uma norma “cultura” considerada superior

as demais. Ela não está preocupada em estudar as múltiplas faces da língua, mas em determinar o que é “certo e errado” conforme seus próprios parâmetros.

Não obstante, Travaglia (2007) afirma que a Gramática não se resume a GT, tendo em vista que, existem outras concepções gramaticais que precisam ser destrinchadas para melhor efetuação de ensino de língua nas nossas escolas brasileiras.

Gramática é o próprio **mecanismo da língua** presente nas mentes das pessoas e que lhes permite utilizar a língua tanto para dizer (falando ou escrevendo), quanto para compreender o que é dito (ouvindo ou lendo). É o que se chama de **gramática internalizada**. (TRAVAGLIA, 2007, p.80).

Esta concepção abordada pelo autor reflete a gramática que cada pessoa carrega dentro de si, desde os primeiros atos de aquisição da linguagem. Uma gramática que não nos é ensinada nas escolas, posto que, ela faz parte da própria constituição linguística de qualquer falante, em qualquer língua do mundo. Ela é, na verdade, um elemento típico da racionalidade humana, ou seja, qualquer falante consegue reconhecer o que é gramatical e agramatical na sua língua, independentemente se é ou não alfabetizado.

Mioto (2004, p. 19-20) nos dá exemplos claros dessa capacidade inata¹ de compreensão do que é gramatical e agramatical em uma língua. De acordo com o teórico todo falante do português Brasileiro terá a mesma compreensão sobre as seguintes orações:

(2)

a. 'Cê viu a Maria saindo.

a'. Você viu a Maria saindo.

b. Quem que 'cê viu saindo?

b'. Quem que você viu saindo?

c. A Maria disse que 'cê foi viajar.

c'. A Maria disse que você foi viajar.

(3)

a. *A Maria vai ver 'cê.

a'. A Maria vai ver você.

¹ Essa capacidade é denominada por Mioto (2004), pautado nos estudos gerativistas de Chomsky, de Competência.

- b. *A Maria comprou o livro pra 'cê. b'. A Maria comprou o livro pra você.**
c. *A Maria e 'cê vão comprar o livro. c'. A Maria e você vão comprar o livro.

No tópico 2, independentemente da variação cê/você) todo falante compreenderá as orações como elementos gramaticais e possíveis na língua, diferente do tópico 3, posto que, os falantes brasileiros não reconhecem as orações (a, b,c- tópico 3) como elementos gramaticais ou típicos do Português brasileiro.

Outra concepção de Gramática existente nos estudos linguísticos é a Gramática Descritiva.

Esta gramática resulta do trabalho dos linguistas ou estudiosos da língua que buscam dizer como é o mecanismo da língua de que falamos [...], ou seja, como a língua é constituída (quais são suas unidades, categorias, construções) e como ela funciona. (TRAVAGLIA, 2007 p.80).

Esta é uma gramática preocupada apenas com a descrição da língua, e não com questões de normatividade ou regras. Seu objetivo é descrever qualquer variedade linguística sem estipular um valor ou grau de superioridade e inferioridade. Não é sua função determinar o que é “certo e errado”, mas apresentar a língua real utilizada por uma dada comunidade de falantes.

Para Lyons (1987) é nessa perspectiva de Gramática que a Linguística deve atuar, dado que, para o teórico, a Linguística é uma ciência descritiva e não prescritiva. Não cabe a ela definir regras ou normas, mas apenas descrever a língua ou registrar o modo pelo qual a língua se comporta dentro de uma comunidade linguística.

O ensino de Gramática: a língua enquanto interação

Agora que já discorremos sobre as principais noções de Gramática, precisamos relacioná-las ao ensino do Português brasileiro, afinal, “[...] as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas, portanto. Optar por uma delas é, sempre optar por determinada visão da língua” (ANTUNES, 2007 p.).



Não há como ser neutro dentro do contexto linguístico, uma vez que, cada escolha teórica que efetuamos, conscientemente ou não, sobre uma concepção de gramática acarretará na nossa prática docente. Acreditamos que, impor normas já não deve ser o principal objetivo de uma educação linguística, contudo, apesar de reconhecermos os benefícios da gramática descritiva, ela precisa ser delimitada para uma prática linguística no espaço escolar. É verdade que a Gramática descritiva nos auxilia, enquanto professores ou pesquisadores da educação, a não impor valores ou contribuir com a proliferação de preconceitos linguísticos² e desvalorização de certas comunidades, contudo, ela é um tipo de Gramática muito ampla. Necessitamos delimitar, como já foi dito, um pouco mais o nosso campo linguístico de teoria e prática docente.

Nessa tentativa de delimitação³ mencionamos a Gramática na concepção de língua proposta por Bakhtin (2002) e o modelo de Gramática defendido pela pesquisadora brasileira Antunes (2007).

O que nos faz propor estas concepções de língua e gramática como elementos que contribuem para a prática docente estão no fato de que tanto o interacionismo dialógico de Bakhtin () quanto os estudos gramáticos de Antunes (2007) possibilita enxergar a língua além da mera decodificação e estrutura. São estudos que permitem a inserção de aspectos contextuais, situacionais e interativos no campo linguístico.

Para Antunes (2007) a Gramática Tradicional não é a dona da verdade, pois, ela determina como deve ser usada à língua, mas raramente, preocupar-se-á com as questões interativas entre os falantes. Por que estão a favor de um único grupo linguístico, excluindo assim os demais. Presume-se, portanto que, enquanto professores ou futuros docentes, devemos assumir uma gramática que realmente esteja engajada com as questões sociais da língua..

Vale salientar que, não é nosso objetivo condenar o ensino normativo, mas defender que o uso excessivo deste não é satisfatório. Quando optamos por um ensino normativo, que determina como devemos falar, e não quando devemos usar a norma culta, em que contexto ela precisa ser utilizada, contribuimos com um ensino fragmentado e sem uma função social definida. Visto que, “o problema central dos cursos de línguas-materna e estrangeira está longe de ser não ensinar

² Para maior aprofundamento sobre Preconceito Linguístico ler Preconceito linguístico: o que é e como se faz (BAGNO,1999).

³ Esse tipo de delimitação não implica dizer que não há outros mecanismos ou instrumentos que contribua com uma melhor prática de ensino linguístico nas escolas brasileiras. Se escolhemos este modo de delimitação foi tão somente por não podermos abarcar todos os estudos linguísticos neste trabalho, devido a própria amplitude das áreas linguísticas existentes na contemporaneidade.



gramática. É, antes, não ensinar apenas gramática; e, muito mais, é não ensinar apenas nomenclatura e classificação gramatical” (ANTUNES, 2007, p.51).

Antunes (2007) alerta que a norma culta:

[...] A norma culta não deve ser endeusada, absolutizada, como um recurso suficiente ao sucesso de interação, nem tampouco ser rechaçada, como algo que se deve evitar para não parecer pernóstico, por exemplo. Deve, sim, ser usada, adequadamente, quando a situação o exigir. É uma **opção**; que está disponível. (ANTUNES, 2007, p.104).

As ideias de Antunes nos leva a afirmar que a Norma culta tem o seu papel na sociedade e na sala de aula, porém em contextos específicos e com finalidades bem definidas. O que já não cabe na escola é a língua dentro de uma “forma”, sem movimento e enclausurada. Por isso propomos a língua enquanto interação, dado que, esta interação exige muito mais que o conhecimento de normas ou nomenclaturas. A mencionar a relação entre texto e leitor, a coesão e a coerência, o léxico, os múltiplos conhecimentos que devem ser acionados para atingir uma boa compreensão textual, entre outros.

A interação implica em olhar o estudo da linguagem dentro de uma rede de diálogos, de composições contextuais e de condições de produção que se efetuam nos diferentes modos de dizer socialmente.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2002, p. 123).

Bakhtin com seus estudos dialógicos e interacionais nos auxilia a compreender que a língua não deve ser estudada fora do seu contexto e das suas relações sociais, por isso, assim como Antunes (2007), defendemos um ensino de gramática contextualizado. De nada vale ensinar o conceito de uma conjunção, por exemplo, sem mostrar ao aluno a sua aplicabilidade e um texto, seja oral ou escrito; bem como, os sentidos que podemos elucidar a partir desta “classe de palavra”.

O elemento que torna a forma linguística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo. (BAKHTIN, 2002, p. 94)

O signo linguístico para Bakhtin não é um mero sinal, nem tão pouco a compreensão desse signo se dá pela mera decodificação. O sentido é contextual e as palavras também, ou seja, se queremos realmente atuar com uma gramática contextualizada, precisamos valorizar estes aspectos situacionais da comunicação. E como o fazer?

O que proponho neste momento como resposta e sugestão é que atuemos não com classificações e nomeações “dentro de caixas” ou “blocos” que nunca se encontram. Propomos uma gramática que esteja relacionada com aquilo que lhe é externo: quem é o falante? De onde ele veio? Pra quem ele fala? Quais são as leituras realmente importantes no contexto da minha sala, entre outros.

Propomos ainda, a realização de uma análise estrutural interna da língua em diálogo com sua função comunicativa e social. Se levarmos para o ambiente morfológico podemos mencionar os modos como uma determinada classe auxilia na coerência do nosso diálogo, do nosso texto. No ambiente sintático podemos relacionar o modo como organizamos nossos textos ou discursos com os objetivos ou finalidades exigidas pela situação comunicativa ou, ainda, no contexto literário podemos mostrar que compreensão envolve processos inferenciais que por sua vez exige o acionamento de inúmeros conhecimentos além da estrutura linguística e que uma interpretação está longe de ser o que o “autor quer dizer”, mas o que o diálogo entre leitor e autor; em conjunto com os conhecimentos que este leitor possui possibilita compreender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho abordado possibilitou compreender o quanto é importante discutir as diferentes concepções de gramática, em busca de uma postura teórica que realmente proporcione uma prática docente de valorização da língua e dos processos inferenciais que a constitui. Ao mesmo tempo, permitiu perceber que a postura perante um modelo de gramática implica num modelo de atuação profissional e de ensino linguístico, que por sua vez, implicará na aprendizagem do aluno.

A partir dos estudos realizados neste trabalho, notamos que é possível realizar um diálogo teórico entre as diferentes concepções de gramática com a teoria interacionista/dialógica. Como já foi ressaltada ao longo do texto, a língua para Bakhtin (2002) é sinônimo de diálogo e interação e o sentido sempre vai ser apreendido de um contexto.

Se enquanto educador, nós tomarmos como teoria linguística a perspectiva de língua proposta por Bakhtin (2002), iremos conseqüentemente, perceber que a gramática internalizada do aluno não deve ser menosprezada, pois consiste num importante conhecimento de língua que ele já tem e que pode ser acionado na produção de sentido e na compreensão linguística. Notaremos também que, descrever qualquer língua sem nenhum julgamento de valor é indispensável para uma educação linguística realmente dialógica, pois, quando a GT determina um padrão, uma norma que está associada a uma única classe que constitui a sociedade brasileira, ela está, na verdade, estipulando uma relação unidirecional de língua.

Esta relação unidirecional é marcada pela falta de diálogo entre as múltiplas variedades linguísticas e as diversas situações e contexto de uso da língua; quando poderia atuar com a variedade culta e ao mesmo tempo com as variedades populares.

Não é uma utopia trabalhar aspectos linguísticos estruturais interligados a parte externa da língua. Acreditamos que o texto seja o melhor caminho para estabelecer essa relação, dado que, nós não nos comunicamos por frases soltas e descontextualizadas. Nós nos comunicamos por textos imersos em situações de uso.

Em síntese, esperamos que este trabalho possa contribuir com a prática docente nas escolas públicas brasileiras. Não é nossa finalidade determinar um caminho exclusivo para uma prática docente bem sucedida, mas, simplesmente, mostrar uma possibilidade através das discussões teóricas aqui efetuadas.

REFERÊNCIA

ANTUNES, I. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M.M./ V.N.Voloshinov. **A interação verbal.** In: _____. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Veira. 10. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LYONS, J. A linguística: estudo científico da língua. IN: LYONS, John. Introdução à linguística teórica. São Paulo: EdUSP, 1979.p.1-54.

_____. **J. Linguagem e Linguística:** uma introdução. Trad. De Marilda W. Arverbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MIOTO, C; SILVA, M. C. F; LOPES, R.E.V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

TRAVAGLIA, C. L. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, C.L. **A gramática na escola: Língua portuguesa: o ensino de gramática**. Salto para o Futuro, v. 1, nº 3, p. 80-103, abr. 2007.